Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDENTES COM DEFICIÊNCIA DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE CARINHANHA-BA

EDNA FARIAS CASTRO PAES LANDIM

ORIENTADOR(A): ERIVALDO FERNANDES NETO

BRASÍLIA/2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

EDNA FARIAS CASTRO PAES LANDIM

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDENTES COM DEFICIÊNCIA DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE CARINHANHA-BA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Erivaldo Fernandes Neto

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

EDNA FARIAS CASTRO PAES LANDIM

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDENTES COM DEFICIÊNCIA DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE CARINHANHA-BA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

_____

ERIVALDO FERNANDES NETO (Orientador)

_____

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

_____

EDNA FARIAS CASTRO PAES LANDIM (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico a Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ti senhor, por mudar meu pensamento, por me fazer caminhar e quando me distrair e olhar para trás, tu me faz seguir com passos firmes e fortes.

Valeu a pena por toda dedicação e esforço, com certeza o sucesso sempre vem para aqueles que demonstram força de vontade.

Agradeço todos os dias, pois sei o quanto me abençoas e me protege, me sinto segura por saber que Tu guias meus passos e ilumina meu caminho pelo qual devo seguir.

Agradeço também pela paciência, pela compreensão, pela fé, pela força de vontade e tudo mais que o senhor me deu e continua me dando.

Agradeço ao nosso Pai Celestial por mais uma conquista em minha vida, aos meus pais, meu esposo, meus filhos e netos, a toda minha família, meus amigos: Alberto, Raimunda e os demais colegas pela força e suporte que me deram.

Agradeço a todos os professores do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, a professora tutora Silva Urmila Almeida e o professor orientador Erivaldo Fernandes Neto pela dedicação. Por mais do que conhecimento, o que faz o verdadeiro mestre é a dedicação.

Aos professores entrevistados que muitos contribuíram para a realização desta pesquisa, a direção na qual trabalho.

RESUMO

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Teve início na década de 1970, envolvendo muito mais que as pessoas com deficiência, envolvendo também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: a inclusão de alunos com deficiência na classe regular. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino. Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria dos alunos, não apresenta tais necessidades. Acredita-se que essa situação traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento desses alunos. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender a essa clientela. A escola no transcorrer da sua história, se caracterizou pela visão elitista da educação onde a escolarização é privilégio de um grupo – uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidenciou o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões normais da escola.

Palavras-Chave: pessoas com deficiência –inclusão – escola regular.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Dados de análise dos Professores de sala de aula comum do ensino regular.....25

QUADRO 2. Quais os métodos utilizados para inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino?.....27

QUADRO 3. De que forma acontece a interação desses alunos com os demais colegas de classe?.....27

QUADRO 4. Existe adaptação curricular para os estudantes com deficiência?.....27

QUADRO 5. Quais os apoios disponibilizados ao estudante com deficiência durante as atividades em sala de aula?.....28

QUADRO 6. O estudante com deficiência tem pleno acesso as atividades realizadas em sala ou fica de fora de algumas?.....28

QUADRO 7. Quais os estímulos ofertados pela professora aos estudantes com deficiência na participação das atividades coletivas?.....28

QUADRO 8. A aluna tem acesso ao atendimento educacional especializado no contra turno? Informe o local e onde o atendimento está sendo realizado?.....29

QUADRO 9. Você teve alguma formação (curso ou treinamento) específica para trabalhar com estudantes com deficiência, antes de ser atuar em sala de aula?.....30

QUADRO 10. Você se sente preparada para trabalhar com estudantes com deficiência?.....30

QUADRO 11. Professoras: Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência em sua escola são suficientes?.....31

QUADRO 12. Professoras: A socialização foi alcançada ou está sendo alcançada pela experiência escolar?.....31

QUADRO 13. Professoras: Os professores estão satisfeitos quanto ao aprendizado desses alunos?.....32

QUADRO 14. Para professores e gestores escolares: A escola especial só deve oferecer sala recurso em seu município?.....32

QUADRO 15. Para professores e gestores escolares: A escola especial oferecendo escolaridade é desnecessária em seu município?.....32

QUADRO 16. Caso o aluno não se adapte a escola comum para onde ele deve ser levado?..33

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....13
2.1. A educação inclusiva: aspectos legais e conceituais.....13
2.2. O papel do professor na educação inclusiva.....15
2.3. As práticas pedagógicas do atendimento educacional especializado.....16
3. OBJETIVOS.....18
3.1. Objetivos geral.....18
3.2. Objetivos específicos.....18
4. METODOLOGIA.....19
4.1. Contexto da Pesquisa.....19
4.2. Participantes.....20
4.3. Materiais.....20
4.4. Instrumentos de Construção de Dados.....20
4.5. Procedimentos de Construção de Dados.....26
4.6. Procedimentos de Análise de Dados.....23
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....24
5.1. Resultados das entrevistas com os professores.....25
5.2. Questões objetivas.....30
5.3. Considerações gerais.....32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....34
REFERÊNCIAS.....36
Apêndice A - Roteiro de Entrevistas para os professores.....37
Apêndice B – Questionário com questões objetivas.....37
Anexo A- Carta de Apresentação – Escola 40
Anexo B –Carta de Aceite Institucional– Escola.....41
Anexo C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor.....42

1. APRESENTAÇÃO

As políticas de inclusão escolar de pessoas com deficiência na rede regular de ensino ganharam maior destaque em âmbito nacional a partir redemocratização do Brasil, como referido na *Constituição Federal de 1988*[1] e ganhou força nas décadas seguintes. Reafirmando o que já estava disposto no texto constitucional a *Lei de Diretrizes e Bases (LDB*) nº 9394/96 reconheceu a educação como dever da família e do Estado[2], tendo por objetivo preparar as pessoas para prática plena da cidadania, tendo garantido seu direito a educação nas mais diversas fases da vida[3].

A escola precisou se modificar para atender as novas garantias legais. Teve início um trabalho intenso dos pesquisadores escolares sobre a ressignificação das práticas educacionais a partir das novas diretrizes legais. Fizeram isso, buscando respeitar a diversidade de seu alunado, promovendo a aprendizagem focando em seu desenvolvimento. Uma escola inclusiva precisa considerar o princípio de que todas as crianças devem e podem aprender, mesmo que por vias e/ou caminhos diferenciados, tendo reconhecidas as peculiaridades do seu desenvolvimento e suas necessidades.

O direito da criança à educação consta também na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Assim é possível afirmar que houve na última década um entendimento coletivo de que a educação é uma parte essencial do desenvolvimento humano e deve ser garantida como direito fundamental, principalmente nos primeiros anos da vida. Assim qualquer pessoa com deficiência tem garantido seu direito à educação, assim como a expressar seus desejos com relação à sua orientação educacional.

---

[1] A constituição brasileira de 1988 destaca que: "III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;" (BRASIL, 1988)

[2] Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

[3] A LDB ainda dispõe sobre o educação especial nos seguintes termos: "III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;" (BRASIL, 1996)

A partir dos anos 2000 sugiram outros marcos legais de grande importância, tais como a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, aprovada como emenda constitucional em 2009[4]. Que reafirma o direito da criança a uma escola inclusiva que atenda a suas necessidades e promova seu pleno desenvolvimento.

Em 2008 entrou em vigor a portaria nº 948/2007 que instituiu a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. A Portaria ainda em vigor define que o Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade complementar de educação, realizada no contra turno escolar[5]. Assim a escola regular, não pôde mais ser substituída por outras modalidades de ensino a pessoa com deficiência, como as classes especiais ou escolas especiais. Isso fez com que houvesse um exponencial investimento nessa política e um consequente crescimento do número de matrículas de pessoas com deficiência na educação básica comum[6]. O que aumentou também a necessidade de novas pesquisas e capacitações de profissionais da educação, para lidar com essa nova realidade.

Do ponto de vista de quem procura investigar os desafios demandados dessa nova política, o objetivo central do trabalho é apontar como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular na rede escolar municipal da cidade de Carinhanha, isto a partir dos relatos dos professores e da gestão escolar. Tentando destacar quais as principais dificuldades para o desenvolvimento humano e social saudável, conforme preconiza a legislação no âmbito do município.

Diante disso definimos como objetivo geral, avaliar a formação e a experiência do professor em relação ao aluno com deficiência, bem como as principais dificuldades que eles encontram ao lidar com esses estudantes. Os dados foram levantados através de entrevistas semiestruturas, direcionadas aos profissionais da escola e foram transcritas minuciosamente. Com o propósito de conservar a identificação por isso foram utilizados nomes fictícios.

---

[4] Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Consultado em: 09/09/2015

[5] A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

[6] Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia Consultado em 09/09/2015.

Ainda que delimitada a uma escola de Carinhanha a pesquisa busca contribuir com o debate nacional acerca da inclusão educacional de pessoas com deficiência na educação básica, apresentando as dificuldades locais e com base nos estudos realizados. A intensão que os dados qualitativos assim organizados possam contribuir para apontar soluções possíveis para os dilemas encontrados.

Os dados coletados serão discutidos a partir dos paradigmas teóricos de alguns dos principais pesquisadores da área da educação especial. Principalmente, Marcos Mazzota, Rosita Edler de Carvalho e Sueli Fernandes. A ideia é tentar chegar uma analise criteriosa que nos mostre um diagnóstico mais próximo sobre a realidade da educação inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A educação inclusiva: aspectos legais e conceituais

A educação inclusiva foi formalizada como política pública no ano 2008 através da portaria nº 948/2007, que instituiu a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,* que tem por objetivo superar a discriminação e a exclusão social da pessoa com deficiência, valorizando a pessoa em primeiro lugar, independente de qualquer condição de deficiência, gênero ou condição social. Considerando que esta é uma prática muito recente, é necessário considerar a realidade das escolas para realização das metas postas. Propor tal objetivo sem um diagnóstico prévio da realidade, não condiz com a ética de respeito às diferenças como premissa básica para inclusão.

Assim o presente trabalho pretende contribuir para o levantamento da realidade, da inclusão escolar dos estudantes com deficiência, mais especificamente na cidade de Carinhanha na Bahia. Citamos primeiramente às legislações de âmbito nacional sobre o tema, visando esclarecer alguns entendimentos sobre os diferentes significados que o termo inclusão adquiriu na sociedade, bem como dos efeitos, explícitos ou implícitos que as práticas inovadoras de educação vêm provocando.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) de 1996, capítulo V, Da Educação Especial, diz em seu art. 58: "Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais." (BRASIL, 1996, p. 36) A Lei garante a possibilidade de que o Atendimento Educacional Especializado seja oferecido como um modelo substitutivo da educação comum, isto, sempre que a condição do estudante com deficiência não permitir sua plena inclusão da escola comum[7]. Para os estudantes da rede comum de ensino ainda é garantido o Atendimento Educacional Especializado como suporte para o ensino, que é realizado no contra turno da atividade escolar regular.

[7] § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996)

A inclusão escolar de pessoas com deficiência requer muita atenção e preparo dos envolvidos, pois foram pessoas historicamente excluídas e estigmatizadas pela sociedade em geral, enfrentando dificuldades físicas, intelectuais e sensoriais por conta de ambientes inicialmente não projetados para atendê-los, representa um desafio que deve ser levado à diante com cuidado para que não haja violações de direitos ou o agravamento de uma situação que por si só já é complexa. Assim a investigação não se debruça sob a estrutura física da escola, mas buscamos entender como está a relação do professor, do gestor, do conteúdo e dos demais colegas com a pessoa com deficiência no ambiente escolar[8].

Vale lembrar que a inclusão da criança com deficiência começa pela família, o amor, atenção e o respeito tem um papel fundamental no desenvolvimento saudável. Respeitar as diferenças sem discriminação, ver o outro como um ser humano que é igual a si mesmo, que é capaz de desenvolver suas habilidades de acordo com seu o ritmo de aprendizagem. Estes são alguns fatores que merecem atenção, e a escola tem o papel fundamental de promover o desenvolvimento do educando de acordo com seu potencial. É imprescindível rever o conceito de inclusão.

> O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional (...). Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais). (MANTOAN, 2003, p. 44)

Com base na citação da autora, é possível afirmar que a primeira função da educação inclusiva é mudar a postura dos entes que compõe os ambientes escolares, contribuir para uma visão mais ampla sobre sistema educacional e compreender o papel educador, fazer um trabalho adequado que atenda às necessidades dos educandos. Nessa perspectiva, Carvalho afirma, com propriedade, que uma escola é inclusiva quando:

> Respeita as peculiaridades e/ou potencialidades de cada aluno, organiza o trabalho pedagógico centrado na aprendizagem do aluno, onde este é percebido como sujeito do processo e não mais como seu objeto e o professor torna-se mais consciente de seu compromisso político de equalizar oportunidades, na medida em que a igualdade de oportunidades envolve, também, a construção do conhecimento, igualmente

[8] Os indivíduos com deficiências, vistos como "doentes" e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de direitos sociais entre os quais se inclui o direito a educação. PARECER CNE/CEB Nº 17/2001. pg 19.

> fundamental na instrumentalização da cidadania. (2000, p. 173, apud FERNANDES, 2007)

Neste contexto, a autora afirma que os profissionais da educação devem respeitar cada educando incentivando-os a acolher, planejar, traçar estratégias para estimular a aprendizagem dos alunos, possibilitando o envolvimento de toda a comunidade escolar em igualdade com os demais.

Sabe-se que a educação inclusiva deve acolher todas as pessoas sem distinção de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. Assim, o paradigma da inclusão vem, ao longo dos anos, buscando uma forma de incluir todos os alunos com deficiência e garantir a sua permanência no ensino regular. A inclusão é um processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebida como um princípio de Educação para Todos, e valorização das diferenças. (FREITAS, 2008 p. 56) É na interação social que o sujeito vai construindo sua identidade pessoal incluindo a presença do outro. O grupo social constitui o referencial a partir do qual o outro cria sua identidade pessoal. (GLAT, 1989, p. 41)

Vale ressaltar que o papel do professor nesse contexto é de fundamental importância já que sua ação mediadora é imprescindível para a formação de culturas inclusivas no contexto escolar. Desta forma, a escola precisa estar estruturada para trabalhar com a diversidade, na tentativa de compreender seus reais limites e possibilidades. Nas palavras de BUENO:

> O que deve ter em mente é que para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais. (1993, p. 79 apud FERNANDES, 2007)

Tendo em vista as necessidades do educando, o professor precisa estar preparado para aceitar as mudanças aplicando metodologias inovadoras que de fato atendam às necessidades do alunado de modo especial aqueles que possuem singularidades em seu processo de aprendizagem, respeitando o seu ritmo de desenvolvimento. Desse modo percebe-se que é necessário ter um novo olhar sobre a educação inclusiva, até mesmo nos momentos mais singulares do processo.

> As instituições escolares devem contar com meios adequados para atendê-los, pois quando se fizer necessário o atendimento do aluno deficiente mediante situações escolares especiais, que impliquem, alterações no conteúdo, na metodologia e no ambiente de aprendizagem para que possamos falar em organização curricular especifica. "Em princípio todo currículo será especial na medida em que considera que e a escola que cabe a tarefa de elaborar o seu currículo." (MAZZOTTA, 1996, p. 100)

Portanto, o processo da inclusão escolar deve ser trabalhado de forma indissociável com o intuito de promover o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos de modo a respeitar as suas diversidades, particularidades e individualidades.

2.2. O papel do professor na educação inclusiva

Sabe-se que o papel do professor nesse contexto é muito diferente do que estamos habituados a ver, ou seja, aquele que sabe e ensina aos que não sabem. Mas nessa nova visão educacional o professor assume um papel de extrema importância e responsabilidade, o de estimular o educando a explorar os objetos de sua realidade interagindo para aprender sobre eles, de modo a oferecer a oportunidade, para que o represente de modo significativo, por meio da troca de ideias com os colegas sobre o que pensa, conversando, desenhando, dramatizando, ou assimilando novos fatos.

Vale ressaltar que a troca afetiva entre os alunos deve ser estimulada para levá-los a interagir e organizar seu pensamento de forma coerente e lógica, atingindo, assim, o raciocínio operatório que permite uma melhor adaptação ao meio social.

> O processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno ou livro, etc.) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco transforma o docente em pesquisador de sua prática pedagógica, pois a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoá-la continuamente. O docente aprende a reconhecer o valor e a importância do trabalho colaborativo e da troca de experiências com seus colegas professores, os quais podem contribuir de forma sistemática sobre novas formas de ensinar, de lidar com velhos problemas e de se desenvolver profissionalmente. (FERREIRA, 2006, p. 6)

Sabemos que o papel do professor neste contexto é de fundamental importância como ação mediadora de estímulo à inclusão no contexto escolar, bem como para a realização plena

do educando, pois o conjunto das ações pedagógicas que transformam o indivíduo em verdadeiros cidadãos conscientes e aptos a exigir e usufruir de seus direitos. Desse modo não podemos perder de vista o postulado.

> Ensinar é marcar um encontro com o outro e inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos um certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além. (FREIRE, 1999, p. 69)

Seguindo esse olhar, a inclusão exige do profissional um estudo mais aprofundado em vista de uma pedagogia atualizada com atividades desafiadoras nas quais ele também será mediador das situações favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social e linguístico. De acordo com a Declaração de Salamanca[1] esclarece, "a preparação adequada de todos os profissionais da educação é [...] um dos fatores-chaves para propiciar a mudança".

2.3. As práticas pedagógicas do atendimento educacional especializado

A sociedade hoje está focada em uma educação diferenciada, uma escola inclusiva, com professores e alunos aprendendo a respeitar as diferenças, sendo este um primeiro passo para construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sem qualquer tipo de discriminação, tendo a capacidade de entender e reconhecer o outro e a si mesmo.

Como uma linha de sustentação do processo de inclusão em classes comuns do ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi regulado como uma política suplementar e complementar, ocorrendo principalmente no contra turno da escolarização formal[9]. Esta é uma nova conceituação para o AEE que deixou de ser substitutivo ao ensino das classes comuns do ensino regular e passou a ser apenas um apoio às especificidades.

[9] O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. MEC. SEESP. Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva. Brasília, 2008b

O serviço busca a integração com outras áreas essenciais como apoios à educação, como a saúde e a assistência social, buscando suprir as necessidades específicas de cada pessoa e o seu desenvolvimento como um todo. As atividades devem estar organizadas para atender aos estudantes desde o primeiro momento de suas vidas, por exemplo, através da estimulação precoce[10].

Dessa forma para atender as necessidades dos educandos é necessário que o currículo e o Projeto Político Pedagógico, sejam diferenciados, adequados à realidade em que vivem os estudantes, considerando também as atividades dos centros de AEE, propondo reuniões continuadas entre a equipe da sala de aula comum e das salas multifuncionais do AEE.

A integração dos professores da escola regular com os professores do AEE em perfeita tendência tende a facilitar o trabalho em sala de aula melhorando significativamente os métodos usados como apoio ao educando com deficiência. Assim, buscamos ações consonantes entre os professores do ensino regular e do AEE, todas com objetivo final de alcançar o melhor desenvolvimento do estudante.

Vale ressaltar que a família tem um papel importante na formação de cada indivíduo, pois é em casa que a criança inicia seu caminho, visando a igualdade social em uma sociedade preconceituosa, desse modo a família deve estar preparada e motivada para saber lidar com algumas situações constrangedoras. Como é sabido, todas as pessoas com deficiência têm direitos amparados por leis que enfatizam o respeito à diferença e sua inserção na sociedade.

Diante disso, o atual cenário exige uma ação educativa que responda de maneira eficaz às necessidades específicas de todos os educandos. Sendo assim é possível afirmar que:

> "A inclusão total pode ser considerada uma utopia que, como toda utopia tem "seu valor simbólico e um investimento afetivo que deve ser alimentado". A sociedade inclusiva para a autora "é a utopia de um mundo perfeito" semelhante, segundo ela à utopia do socialismo: "de cada um, de acordo com suas possibilidades, para cada um, de acordo com suas necessidades". (GLAT, 1998, p.27).

[10] Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. Idem.

Partindo dessa premissa torna-se possível afirmar que a inclusão não é uma utopia distante, mas a certeza da realização de um sonho a ser concretizado, mesmo porque existem certezas, esperanças e leis que garantem a consolidação de tudo isso.

O Decreto 7611/11, que dispõe sobre a educação especial, aponta que o Atendimento Educacional Especializado, tem por objetivo agir para a superação das barreiras de aprendizagem, mas também atitudinais e sociais, sendo um dos principais instrumentos para inclusão escolar[11].

O AEE consiste em uma ferramenta de apoio permanente, com atendimentos periódicos a depender das necessidades dos estudantes, são recursos de acessibilidade e pedagógicos, incorporados às estruturas das escolas e a formação dos estudantes com deficiência. Com isso, compreendem em uma série de ações regulares e transversais que atuam nas mais diversas partes da escola.

O principal expoente do AEE são as salas de recursos multifuncionais, espaços com mobiliários, equipamentos e recursos didáticos específicos para oferta dos serviços especializados.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

- Analisar quais as maiores dificuldades de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Carinhanha em relação a inclusão de estudantes com deficiência, na visão do corpo docente, fazendo um paralelo com o que determina a atual política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

[11] Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 12)

3.2. Objetivos específicos

- Verificar como está sendo realizado o processo de inclusão escolar na Escola P. J. C.;
- Observar o trabalho dos professores em sala de aula e saber a opinião deles sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência;
- Apresentar um breve relato da visão dos professores sobre a educação inclusiva, abordando a socialização e aprendizagem dos estudantes.

4. METODOLOGIA

Foi usada metodologia qualitativa, segundo as indicações de Martins[12], para garantir a diversidade de técnicas na construção dos dados de pesquisa, considerando as especificidades dos contextos e das circunstâncias nos ambientes e indivíduos participantes da pesquisa.

Com base nos objetivos propostos e na pesquisa de campo realizada na escola selecionada para observação, o trabalho se desenvolveu de forma gradativa e ocorreu através de um protocolo de observação, entrevistas semiestruturadas e coletas de dados em documentos oficiais da instituição.

A pesquisa surgiu de uma longa jornada de investigação de várias leituras de teóricos atuais de destaques que orientaram nossas discussões e reflexão a cerca das hipóteses inicialmente propostas pelos referenciais teóricos.

4.1. Contexto da pesquisa

[12] MARTINS, Heloísa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, v.30, p.289-300, 2004.

A Escola foco deste estudo faz parte da rede municipal de educação de Carinhanha no estado da Bahia. Seu nome real foi omitido, como forma de preservar a identidade dos sujeitos participantes do estudo, assim, a escola foi nomeada aqui de Escola P. J. C.

A Escola P. J. C. foi fundada em 2010 e atualmente tem uma média 516 alunos, 24 professores e 9 profissionais de apoio. Na gestão, existem, 1 Dirigente, 2 Vice-diretores, 1 Coordenadora e 2 Secretários.

4.2. Participantes

Colaboram com a pesquisa: a coordenadora pedagógica da escola, a diretora da escola e 2 professores que administram aulas diretamente para estudantes com deficiência. Para constatação das informações prestadas pela gestão e pelos professores, foram observadas 4 pessoas com deficiência intelectual dentro do contexto escolar. Todos os participantes e seus responsáveis assinaram um termo de consentimento, concordando em fazerem parte deste estudo, assim como autorizando a divulgação dos dados registrados para os devidos fins desta pesquisa.

4.3. Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- 1 Gravador de áudio;
- 6 questionários impressos;
- 1 relatório impresso sobre os dados coletados;
- Um computador com conexão com a internet, para transmissão de conteúdos e pesquisa de bibliografia.

4.4. Instrumentos de Construção de Dados

Com base nos objetivos propostos, foi construído um roteiro de entrevista para os professores e um questionário com questões objetivas respondidas pelo grupo de professores e gestores da escola. Eles foram organizados da seguinte forma:

Questões: Para os professores

1- Quais os métodos utilizados para inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino?

2- De que forma acontece a socialização entre os estudantes com deficiência e os demais colegas de classe?

3- Existe adaptação curricular para os estudantes com deficiência?

4- Quais os apoios disponibilizados ao estudante com deficiência durante as atividades em sala de aula?

5- O estudante com deficiência tem pleno acesso as atividades realizadas em sala ou fica de fora de algumas?

6- Quais os estímulos ofertados pela professora aos estudantes com deficiência na participação das atividades coletivas?

7- A aluna tem acesso ao atendimento educacional especializado no contra turno? Informe o local e onde o atendimento está sendo realizado?

8- Você teve alguma formação (curso ou treinamento) específica para trabalhar com estudantes com deficiência, antes de ser atuar em sala de aula?

9- Você se sente preparada para trabalhar com estudantes com deficiência?

Questões objetivas para os dois grupos:

1. Professores: a. Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência em sua escola são suficientes?

· Sim

· Não

2. Professores: a. A socialização foi alcançada ou está sendo alcançada pela experiência escolar?

.Sim

· Não

3. Professores: Na visão dos professores que participaram do debate qual os percentuais de alunos em suas turmas apresentaram um progresso significativo na aprendizagem?

.Sim

· Não

4. Professores: Os professores estão satisfeitos quanto ao aprendizado desses alunos?

.Sim

· Não

5. Para todos os grupos: A escola especial só deve oferecer sala recurso em seu município?

.Sim

· Não

6. Para todos os grupos: A escola especial oferecendo escolaridade é desnecessária em seu município?

.Sim

· Não

7. Para todos os grupos: Caso o aluno não se adapte a escola comum para onde ele deve ser levado?

· 1. Escola especial

· 2. Para família

· 3.Centros de convivência

· 4. Outros

Todas as questões pontuadas foram escolhidas com base no que as legislações prefiguram como possibilidades e encaminhamentos para educação de pessoas com deficiência. A partir dos resultados obtidos será possível confrontar os dados da realidade com o que está disposto na legislação nas pesquisas teóricas já apontadas anteriormente.

4.5 - Procedimentos de Construção de Dados

A Escola P. J. C. foi procurada pela pesquisadora, que apresentou sua proposta de análise, solicitando a direção da escola autorização para realizar a aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Uma vez devidamente autorizada, a pesquisadora procurou os professores que ministravam aulas para estudantes com deficiência interessados em fazer parte do estudo, iniciando assim, a coleta dos dados. Todos os professores, os pais da estudante, e a gestão da escola, assinaram os termos de consentimento, no qual estavam explícitos, os métodos, e objetivos da pesquisa.

Foi combinado então um cronograma de entrevistas que se deu entre os meses de setembro e outubro de 2015 e assim foi realizado o preenchimento dos questionários e a gravação das entrevistas, que posteriormente foram transcritas em papel.

As informações qualitativas foram organizadas em um relatório que consta ao final do trabalho, já como produto de análise. Mas, focou basicamente em responder as ansiedades expressas nos objetivos propostos.

4.6 - Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados foi feita através de registros após a sua coleta, em que as informações foram organizadas em tabelas dividas por participante e por pergunta, para que depois fossem categorizados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados qualitativos foram organizados nos quadros abaixo para facilitar a compreensão dos resultados. Os dados foram coletados conforme as seguintes categorias: 1. Acessibilidade da estrutura física; 2. Apoios especializados; 3. Aprendizagem.

QUADRO 1. Dados de análise dos Professores de sala de aula comum do ensino regular

Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	**Objetivos**	**Resultados**	
A atual legislação brasileira estimula a inclusão escolar das pessoas com deficiência nas salas de aula do ensino comum da rede regular de ensino, não mais em salas de aula separadas do ensino especial.	**Objetivo Geral**	**Professor A**	**Professor B**
	Analisar quais as maiores dificuldades da escola e do corpo docente ao receber um estudante com deficiência em relação ao processo de inclusão escolar como determina a atual política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	A entrevista constatou que os estudantes com deficiência estão devidamente matriculados na escola, mas por si só a matrícula não garantiu a condição de igualdade com os demais estudantes.	Os estudantes com deficiência estão frequentando a escola comum, mas não tem mecanismos para ter os mesmos desempenhos de um estudante sem deficiência.
O sistema escolar conforme a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva deve dispor de todos os equipamentos e métodos necessários para garantir o aprendizado com qualidade e em nível de igualdade com os demais.		Foi investido mais em adaptações da estrutura física da escola, mas não no método pedagógico ou na formação dos professores em si.	Os estudantes com deficiência não têm um desenvolvimento satisfatório devido à falta de apoios especializados para suprir suas necessidades específicas

FONTE: o autor (2015)

CONTINUAÇÃO - QUADRO 1

Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	**Objetivos Específicos**	**Professor A**	**Professor B**
A escalada crescente de matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular pressupõe a necessidade de pesquisas qualitativas capazes de mostrar como está a qualidade dos serviços prestados.	Verificar como está sendo realizado o processo de inclusão escolar na Escola Z;	Os objetivos gerais de uma educação em igualdade de condições não estão sendo alcançados de maneira satisfatória.	Em nenhum dos eixos norteadores da pesquisa as respostas foram positivas.
As políticas educacionais apontam para várias formas de apoios especializados, assim como a literatura, tratando da especificidade das pessoas identificando e tentando desenvolver suas potencialidades.	Conhecer como o processo de inclusão é trabalhado no universo escolar;	O professor não dispõe de formação especializada, nem de métodos e currículos específicos, assim os apoios são gerados a partir da boa vontade dos professores, mas sem nenhum rigor científico.	Os apoios disponíveis não são suficientes, apesar da grande maioria dos estudantes com deficiência frequentar o AEE no contra turno da escola regular, não existem avanços regulares e evidentes.
Cada aluno exige uma condição metodológica específica para o seu desenvolvimento, principalmente destacando a deficiência intelectual.	Analisar a metodologia utilizada no processo de inclusão escolar;	As metodologias diferenciadas são improvisos pensados pelos próprios professores sem uma base objetiva.	Não à adaptação curricular e os métodos em sala não se diferenciam muito do que normalmente já se segue.

FONTE: o autor (2015)

Nas entrevistas os participantes relataram grande preocupação com o processo de inclusão nas escolas municipais, sobretudo, na referida escola em que esses profissionais atuam.

5.1. Resultados das entrevistas com os professores

QUADRO 2. Quais os métodos utilizados para inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino?	
Professora A	Atividades diferenciadas: leitura de imagens, oralidade e jogos.
Professora B	São feitas atividades diferenciadas com imagens, pinturas, jogos, não perdendo também o direito de participar das atividades para classe regular ainda que os resultados não sejam satisfatórios.

FONTE: o autor (2015)

A primeira questão direcionada aos professores aborda o tema dos apoios especializados em sala de aula. Basicamente as professoras entrevistadas se manifestaram da mesma forma, usando recursos lúdicos inventados por elas mesmas para inserir o estudante nas atividades, mas sem qualquer planejamento direto dos resultados esperados.

QUADRO 3. De que forma acontece a interação desses alunos com os demais colegas de classe?	
Professora A	Interação na realização das atividades, nas brincadeiras, a uma socializam boa, mas tem alguns que recusam a realizar trabalhos coletivos.
Professora B	Eles interagem bem como crianças, exceto os momentos de discriminação com a aluna especial.

FONTE: o autor (2015)

No que se refere à socialização dos estudantes em geral com os estudantes com deficiência, a observação que prevaleceu é que ainda existem barreiras comportamentais a serem superadas, como a indicação de que existe resistência dos demais colegas em realizar atividades de grupo com a pessoa com deficiência.

QUADRO 4. Existe adaptação curricular para os estudantes com deficiência?	
Professora A	Não. Tem algumas adaptações na estrutura física.
Professora B	De um modo, existem algumas adaptações na escola, não o suficiente para se trabalhar com esses alunos.

FONTE: o autor (2015)

Em relação à adaptação de currículo apontada em algumas literaturas como necessária principalmente para o aprendizado das pessoas com deficiência intelectual, verificou-se que não existe nenhuma e que existem de forma geral algumas adaptações estruturais na escola, mas ainda insuficiente para sanar as necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

QUADRO 5. Quais os apoios disponibilizados ao estudante com deficiência durante as atividades em sala de aula?	
Professora A	Não. Quando há oficinas do AEE.
Professora B	São disponibilizados apenas o acompanhamento da família, quando isso acontece ajuda muito no trabalho do professor. Seria interessante se os órgãos públicos que defendem o aluno com inclusão nos apoiassem com recursos didáticos que facilitariam a aprendizagem desses alunos.

FONTE: o autor (2015)

No caso dos apoios disponibilizados em sala de aula a família é apontada como a principal apoiadora nas atividades inclusivas auxiliando o trabalho do professor. Ao mesmo tempo em que persiste a crítica à omissão do poder público em disponibilizar apoios pedagógicos dentro da sala de aula. No mais, existe o AEE como referência de apoio especializado as práticas pedagógicas, mas pelo observado não existe um diálogo continuado entre o professor do AEE e o professor da sala comum, para pensar de forma holística o desenvolvimento dos estudantes. Falta então, uma maior integração das políticas de suporte a inclusão escolar.

QUADRO 6. O estudante com deficiência tem pleno acesso as atividades realizadas em sala ou fica de fora de algumas?	
Professora A	Tem acesso, só que não desenvolveu habilidade e competência para realizá-las. Com isso não consegue resolvê-las.
Professora B	A aluna por não ter competência e habilidade com todas as atividades aplicadas na classe acaba ficando fora de algumas atividades.

FONTE: o autor (2015)

Uma das professoras reconhece que a sua aluna com deficiência fica fora de algumas atividades por falta de competência e habilidade, tal afirmação mostra que a professora está desatualizada frente os mais recentes estudos em relação à inclusão, que nos mostra que a não inclusão da criança nas atividades não é um defeito da pessoa, mas do meio que não conta com as condições necessárias para incluí-la de forma igualitária. A outra professora aponta que apesar de incluir a estudante em todas as atividades realizadas, não vê que ela desenvolva as atividades com competência, talvez uma falha da própria atividade proposta que não foi pensada para atender as especificidades da pessoa com deficiência. O fato é que de forma geral, a avalição deste ponto é negativa, o que mostra não só a dificuldade de socialização das pessoas em sala de aula, mas a dificuldade dos profissionais da educação em pensar atividades inclusivas, que provoquem o desenvolvimento do estudante com deficiência na relação com os demais.

QUADRO 7. Quais os estímulos ofertados pela professora aos estudantes com deficiência na participação das atividades coletivas?	
Professora A	Através do diálogo.
Professora B	Como professora, devo incentivar ou encorajar a essa ou esse aluno (a) a importância dele ou dela também como ser pensante na participação dos trabalhos coletivos, uma vez que ele ou ela deve estar em sala de aula regular, também é certo que ele ou ela participem do coletivo com as outras crianças.

FONTE: o autor (2015)

As professoras incentivam as atividades coletivas, trabalhando a questão do preconceito, com os colegas sem deficiência, tentando incentivar a aceitação das diferenças. Porém fazem isso sem nenhuma base teórica estrutural, contando apenas com a boa vontade.

QUADRO 8. A aluna tem acesso ao atendimento educacional especializado no contra turno? Informe o local e onde o atendimento está sendo realizado?	
Professora A	Sim, em uma instituição organizada e mantida pelo poder público municipal devidamente constituído para este fim.
Professora B	Possui sim. Os alunos frequentam uma instituição sem fins lucrativos e também o Centro de AEE do poder público municipal.

FONTE: o autor (2015)

O atendimento educacional especializado é universalizado, as crianças têm acesso aos espaços com regularidade. Estão disponíveis os serviços especializados de uma instituição social, que atende apenas pessoas com deficiência intelectual e múltipla e outra instituição municipal que atende todas as especificidades das pessoas com deficiência.

QUADRO 9. Você teve alguma formação (curso ou treinamento) específica para trabalhar com estudantes com deficiência, antes de ser atuar em sala de aula?	
Professora A	Não.
Professora B	Não tenho formação nenhuma especificamente para trabalhar com alunos com necessidades especiais, apenas treinamentos que foram ofertados pela Secretária De Educação através de palestrantes apenas teoria longe da prática.

FONTE: o autor (2015)

Nenhuma das professoras teve qualquer formação específica para trabalhar com pessoas com deficiência, apesar de trabalharem com este público diretamente, o que mostra uma falha na formação.

QUADRO 10. Você se sente preparada para trabalhar com estudantes com deficiência?	
Professora A	Em parte. Não totalmente.
Professora B	Não me vejo preparada, pois sinto muita dificuldade.

FONTE: o autor (2015)

Na opinião das duas professoras, elas não estão suficientemente preparadas para estar atuando em salas de aula inclusivas. O que fecha a conclusão sobre o diagnóstico da educação inclusiva no município de Carinhanha a partir da opinião dos professores da rede regular de ensino, o processo de inclusão escolar deve ser revisto, ao menos no que se refere aos três eixos pesquisados.

5.2. Questões objetivas

Com o objetivo de caracterizar melhor a educação inclusiva no município, foi aplicado um questionário em grupo com questões objetivas, cujas respostas foram organizadas abaixo:

QUADRO 11. Professoras: Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência em sua escola são suficientes?	
Sim	
Não	X

FONTE: o autor (2015)

Como revelaram também as entrevistas, os apoios oferecidos no modelo atual são insuficientes para o cumprimento dos objetivos da educação inclusiva.

QUADRO 12. Professoras: A socialização foi alcançada ou está sendo alcançada pela experiência escolar?	
Sim	
Não	X

FONTE: o autor (2015)

A avaliação sobre a socialização da pessoa com deficiência no ambiente escolar também não é positiva. Na compreensão dos professores a experiência escolar como é hoje, não contribui para uma socialização positiva da pessoa com deficiência.

QUADRO 13. Professoras: Os professores estão satisfeitos quanto ao aprendizado desses alunos?	
Sim	
Não	X

FONTE: o autor (2015)

Quanto ao nível de aprendizagem verificado, também não há uma avaliação satisfatória. Os professores indicam que os estudantes não conseguem ter um desempenho em igualdade com as pessoas sem deficiência.

QUADRO 14. Para professores e gestores escolares: A escola especial só deve oferecer sala recurso em seu município?	
Sim	
Não	X

FONTE: o autor (2015)

Os professores e a gestão escolar concordam que a escola especial tem um papel superior ao do simples atendimento educacional especializado ao contra turno da escola regular. Assim, podemos entender que existe uma contrariedade em relação à política e educação inclusiva, tal como ela é organizada.

QUADRO 15. Para professores e gestores escolares: A escola especial oferecendo escolaridade é desnecessária em seu município?	
Sim	
Não	X

FONTE: o autor (2015)

Os gestores escolares e professores entendem que mesmo com a política de educação inclusiva e todos os apoios que foram criados, a escola especial em seu modelo substitutivo ainda é necessária.

QUADRO 16. Caso o aluno não se adapte a escola comum para onde ele deve ser levado?	
Para família	
Escola Especial	X
Centro de convivência	
Outros	

FONTE: o autor (2015)

Os participantes ainda acreditam que o trabalho da escola especial é importante para o desenvolvimento do estudante com deficiência, sendo apontada como a segunda alternativa educacional, em caso de fracasso do estudante no ensino regular.

5.3. Considerações gerais

Para o conjunto dos participantes, tanto para os gestores escolares quanto os para os professores, a inclusão anda a passos lentos, apensar do aumento de matrículas a qualidade da educação ofertada é alarmante. Para a coordenadora pedagógica a inclusão na escola é muito difícil porque faltam profissionais capacitados, salas de recursos, acessibilidade física

pedagógica, dentre outros tantos problemas. A coordenadora relatou que são preenchidas fichas diagnósticas dos alunos com suspeitas de dificuldades de aprendizagem e encaminhadas para o Centro de Atendimento Educacional Especializado do município, encaminhando os estudantes para as especialidades como fisioterapeuta e psicopedagogo. Complementou ainda que o município está oferecendo oficinas de letramento e matemática aos profissionais da educação que atuam com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais e que a referida escola está participando de um programa do MEC - Ministério da Educação e Cultura que se chama Acessibilidade que tem por objetivo melhorar as condições de acesso e da aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Diante das observações, é possível verificar que o processo de inclusão na instituição pesquisada ainda se desenvolve de maneira muito tímida. Não foram identificadas ações realizadas por parte da escola para a promoção da acessibilidade das crianças com deficiência. O que se percebe é que são atendidas as solicitações das políticas de inclusão do MEC e as atividades são desenvolvidas pelo município, mas que ainda não são suficientes para garantir a inclusão com qualidade. O trabalho especializado é quase que restrito ao encaminhamento das crianças para o AEE. Quanto aos professores, verifica-se que se sentem desafiados e muito inseguros para lidar com a situação em sala de aula. Lembrando que as professoras não têm nenhuma especialização para trabalhar com alunos com deficiência, apenas treinamentos que foram ofertados pela Secretaria de Educação do município, em forma de palestra e oficinas com carga horária mínima.

Dessa forma, percebe-se que o grande desafio da educação inclusiva é fazer valer o que está na legislação, nota-se que ainda é um processo complexo e lento, que não se limita ao simples fato de inserir as crianças nas salas regulares, mas é preciso proporcionar a esses estudantes uma educação que valorize a diversidade, que inclua de fato. Desse modo conclui-se que é preciso estabelecer uma pedagogia centrada na criança e que é preciso repensar o currículo, que se desenvolva uma política de inclusão baseada em todos os pilares que compõe a sociedade.

6. CONSIDERAÇOES FINAIS

É evidente que por meio da pesquisa foi possível analisar o papel do professor diante do processo de inclusão escolar bem como perceber a importância deste trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo foi investigar se o sistema educacional do município da forma como está organizado, encontra-se preparado para atender a demanda da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, pois esta questão é de grande relevância, não só pelo alarmante diagnóstico qualitativo realizado, mas pelo aprimoramento e a ampliação de novos conhecimentos adquiridos durante todo processo de pesquisa, que serviram de base para repensarmos o processo de inclusão escolar. Dentro desse processo observou-se cuidadosamente a individualidade de cada um, prevalecendo o diálogo como forma de garantir e respeitar a diversidade ao longo dessa jornada de estudo.

Sabemos que a inclusão é uma conquista diária tanto para a escola quanto para os alunos atendidos, assim também representa uma conquista para os pais, pois todos os dias surgem novos olhares sobre a inclusão. Diante disso, nota-se que existem várias exemplos particularidades em comum e são grandes as dificuldades que se transformam em grandes vitórias.

Desse modo essa monografia veio estimular o educador/pesquisador a crescer melhorando a qualidade de seu trabalho transformando sua prática em sala de aula através de inovações, criatividade e sensibilidade no seu dia a dia, criando situações que favoreçam a perfeição do processo.

Dessa forma, através da pesquisa realizada na referida Escola P.J.C. constatou-se por meio dos depoimentos que os professores queixam-se de não terem cursos de formação na área de educação especial, e as dificuldades do trabalho com estudantes com deficiência agravou-se pela falta de recursos pedagógicos e estruturais.

Portanto, para que realmente aconteça a educação inclusiva é importante que o currículo escolar esteja adaptado a esse novo paradigma de inclusão, que não se refere apenas a aprendizagem do alunado, mas também ao eixo da ação pedagógica do ensinar para aprender.

Nessa vertente, defende-se a ideia de que ‘a formação contínua deve alicerçar-se ‘na prática e sobre a prática’, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores”, e de que essa formação promova, além da bagagem teórica (saber), sua capacidade crítica e reflexiva (saber fazer). (NÓVOA, 2002, p.64)

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo Barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo. Lisboa**: Edição 70, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de Dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: ibpex, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 24º Edição São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Soraia Napoleão et.al**. Tendências Contemporâneas de Inclusão**. 2008 **editora**.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewFile/265/pdf_37

GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Nacional de Educação Básica, ano 8. n. 20, p. 26-8, 1998.

_____. Um novo olhar sobre a integração

.

KIRK, Samuel & GALLAGER, **James Educação da Criança Excepcional**, *S. Paulo, Ed Martins Fontes, 2002.*

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para Professores?** In: MANTOAN, Maria Teresa Egler.(org.) **A integração de pessoas com**

Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho** *pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.88 p.*

MARTINS, Heloísa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa**, v.30, p.289-300, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevistas para os professores

1- Quais os métodos utilizados para inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino?

2- De que forma acontece a socialização entre os estudantes com deficiência e os demais colegas de classe?

3- Existe adaptação curricular para os estudantes com deficiência?

4- Quais os apoios disponibilizados ao estudante com deficiência durante as atividades em sala de aula?

5- O estudante com deficiência tem pleno acesso as atividades realizadas em sala ou fica de fora de algumas?

6- Quais os estímulos ofertados pela professora aos estudantes com deficiência na participação das atividades coletivas?

7- A aluna tem acesso ao atendimento educacional especializado no contra turno? Informe o local e onde o atendimento está sendo realizado?

8- Você teve alguma formação (curso ou treinamento) específica para trabalhar com estudantes com deficiência, antes de ser atuar em sala de aula?

9- Você se sente preparada para trabalhar com estudantes com deficiência?

Apêndice B – Questionário com questões objetivas

1. Professores: Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência em sua escola são suficientes?

· Sim

· Não

2. Professores: A socialização foi alcançada ou está sendo alcançada pela experiência escolar?

· Sim

· Não

3. Professores: Na visão dos professores que participaram do debate qual o percentual de alunos em suas turmas apresentaram um progresso significativo na aprendizagem?

· Sim

· Não

4. Professores: Os professores estão satisfeitos quanto ao aprendizado desses alunos?

· Sim

· Não

5. Para todos os grupos: A escola especial só deve oferecer sala recurso em seu município?

· Sim

· Não

6. Para todos os grupos: A escola especial oferecendo escolaridade é desnecessária em seu município?

· Sim

· Não

7. Para todos os grupos: Caso o aluno não se adapte a escola comum para onde ele deve ser levado?

· 1. Escola especial

·2. Para família

· 3.Centros de convivência

· 4. Outros

ANEXOS

Anexo A

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição:_____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. Sª o(a) cursista pós-graduando(a) _____ __que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

_____
Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Profª Drª Diva Albuquerque Maciel**

Anexo B

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição), da*_____*(nome da instituição)* está de acordo com a realização da pesquisa _____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de_____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____(*local na instituição a ser pesquisado*) com _____(*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____(*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____*(nome completo do responsável pela instituição),* _____*(cargo do(a) responsável* do(a) *nome completo da instituição onde os dados serão coletados,* declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____(local), _____/_____/_____(data).

_____
Nome do (a) responsável pela instituição

_____
Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Anexo C

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre_____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____(*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente_____

Assinatura do Pesquisador

_____

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____